

Na Constituinte, o avanço consiste em institucionalizar regras de jogo que facilitem as lutas por uma distribuição mais justa da renda e por uma acelerada democratização da sociedade e do poder político. Retroceder consiste em produzir um texto que sirva apenas para reafirmar a constitucionalidade desse modelo de desenvolvimento gerador de miséria, tensão social, instabilidade política e dependência econômica.

Independentemente de posições pessoais que atravessam todas as bancadas e invalidam qualquer intento de generalização rigorosa, pode-se avaliar o peso numérico de cada bloco: o bloco do avanço, ressalvadas importantes diferenças de estratégias e de táticas —compreende o PT, PCB, o PC do B, o PSB e o PDT. Juntos, somam 52 votos, o que, no âmbito estrito da Constituinte, lhes confere apenas duas faculdades: a de fazer denúncias e a de fazer obstrução (limitada). O bloco do retrocesso inclui o PFL, PDS, o PTB e outros partidos de menor expressão, totalizando 202 votos.

E o PMDB? Em qual dos blocos vai despejar o peso formidável dos seus 305 constituintes?

Na verdade, a frente peemedebista (que uns querem transformar em partido e outros preferem que continue sendo apenas uma frente) encontra-se, hoje, na contingência inelutável de formular um programa concreto (programa para ser executado e não apenas para ganhar eleições) de mudanças econômico-sociais, que vá além da simples mudança do regime ditatorial para um Estado de Direito. Até hoje seus experimentados líderes conseguiram protelar essa definição porque sabem muito bem que, uma vez definida a linha do PMDB, ou a agremiação implodirá ou transformar-se-á em um partido que, quem sabe, não corresponda exatamente aos seus desejos e ambições. Mas, agora, já porque está no governo, já por causa da natureza da matéria constitucional, o PMDB

—sob pena de ser engolido pelo PFL— não pode postergar essa decisão.

E, nessa decisiva conjuntura, a agremiação apresenta-se, na Assembleia Nacional Constituinte, fragmentada em três núcleos básicos: o núcleo da direita, mais afinado com o PFL do que com o pensamento médio dos peemedebistas e com a linha política oficial do partido; o do centro, dominado, na atual conjuntura, por figuras que tenderiam, pela sua história, a uma postura de avanço, mas que, vinculadas a um governo de coligação com um partido do bloco do retrocesso (o PFL) e, além disso, tolhidas por essa trava conservadora, própria de quem está no governo —as “razões do Estado”— tendem a adotar uma atitude de ambivalente e, de tanto temor de romper a Aliança Democrática, convertem-se mais em anunciadores do consenso de um governo indeciso do que em articuladores de propostas; o núcleo da esquerda, mais próximo —ressalvadas, aqui também, diferenças relevantes de posições pessoais— dos setores mais moderados do bloco do avanço.

O caráter flutuante, típico de toda “frente”, dificulta a determinação exata do número de votos de cada um desses núcleos. Se admitirmos que a direita peemedebista (assumida) conte com uns cinquenta constituintes e a esquerda com uns 150, e equação política da Constituinte seria assim: bloco do avanço: esquerda (52) mais esquerda do PMDB (150), igual: 202; bloco do retrocesso: direita (202) mais direita do PMDB (50), igual: 252; os cem votos do centro decidem a parada.

A mais simples aritmética mostra, portanto, que —no âmbito estrito da Constituinte— qualquer possibilidade de avanço depende de uma coalizão entre: os partidos esquerda —PT, PCB, PC do B, PSB, PDT— (52), a esquerda do PMDB (150) e oitenta dos cem votos do centro peemedebista (100).

Embora seja certo que as decisões da Assembleia Nacional Constituinte não dependem da sua aritmética interna, mas da pressão política que vem de fora —e daí a importância decisiva da mobilização popular, se se quer obter algum avanço sério— o comportamento do PMDB será decisivo.

Os primeiros quinze dias de funcionamento da Assembleia Constituinte mostraram que não vai ser nada fácil tecer essa aliança, mesmo porque os embates políticos que estão se travando —a questão da soberania, o problema do plebiscito, o poder da obstrução da minoria— têm dado origem a uma dinâmica perversa que conduz ao distanciamento e não a uma aproximação entre as forças potencialmente progressistas. E nada indica que as dificuldades poderão ser menores quando o embate avanço-retrocesso superar o terreno esotérico do Regimento Interno e cair no campo da reforma agrária, tributação, direito de propriedade, direito de greve.

A falta de um entendimento com as esquerdas enfraquece os progressistas do PMDB e “ipso facto” confere ao PFL um peso político desproporcional ao que os eleitores lhe outorgaram nas urnas (com 132 constituintes, o PFL tem tido a capacidade de impor vetos que os 150 progressistas são obrigados a engolir).

Essa falta de entendimento joga o PMDB para a direita e obriga os partidos do bloco do avanço a fustigá-lo. No calor da batalha parlamentar, não é difícil evitar generalizações e radicalismos verbais, de parte a parte, e embora as esquerdas tenham pouco peso na Casa, sua força na sociedade excede de muito a pobreza numérica das suas bancadas (tanto pelo poder de mobilização de que dispõem junto aos mais variados segmentos populares pela sua força moral na opinião pública), de modo que esse fustigamento machuca e desgasta os progressistas, obrigando-os a entrar na

retaliação. Esta, por sua vez, não ajuda nada a aumentar o bloco do avanço; serve apenas para difundir a imagem injustificada, mas muito interessante para a direita, de que os partidos de esquerda são um bando de irresponsáveis, que querem apenas “jogar para a arquibancada”, sem preocupação com os riscos de retrocesso.

Para complicar ainda mais: as batalhas parlamentares entre o rolo compressor de um PMDB “endireitado” e as esquerdas encurraladas nos seus magros 52 votos ensejam alianças destas forças com notórios elementos de extrema direita —hoje interessados apenas em ver o circo pegar fogo— criando, mais do que os evidentes constrangimentos desse concubinato, sérias confusões na opinião pública.

“Qui prodest” —a quem aproveita essa cadeia de malentendidos? A causa do povo brasileiro, certamente não. Por isso, uma outra questão se impõe: há meios de superar o impasse? Desconheço a resposta correta a essa pergunta. Tenho, porém, a clara consciência de que ela representa, para nós, uma desafio. Um desafio, não tanto à nossa sinceridade e ao nosso devotamento à causa do povo, mas à nossa competência política.

Dilemas não muito diferentes vivemos em 1964 sem ter tido, naquela época, capacidade de superá-los. Embora seja muita pretensão pensar que o desenlace da tremenda crise econômica, social, política e social que o país está vivendo, dependa do que ocorra no parlamento, a impossibilidade de um entendimento esquerdas-PMDB com vistas a um avanço na Constituinte, evidenciará apenas que a longa noite do autoritarismo não serviu nem mesmo para criar, nas gerações que a sofreram tão intensamente, um sentido mínimo de sobrevivência política.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, 56, é deputado federal por São Paulo e 1.º vice-líder do PT no Congresso constituinte; advogado, é também professor na Fundação Getúlio Vargas (SP) e no PUC-SP.

As mulheres na política

SILVIA PIMENTEL

Quem é quem na Constituinte? Quem são elas? As 26 mulheres eleitas a 15 de novembro, dentre os 559. Qual o significado deste número? É um dado positivo ou negativo?

A Folha, em seu caderno especial de 19 de janeiro, nos apresentou o perfil dos constituintes. Suas ideologias, partidos, categorias profissionais, idades e a proporção de renovação no Congresso Nacional. Ainda, um resumo biográfico de cada um.

Nele, verificamos que as mulheres eleitas originam-se de dezesseis Estados brasileiros. Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo, foram os Estados que mais elegeram representantes femininas, com três deputadas cada um. Entre os dez que não se fizeram representar, surpreendentemente encontram-se Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quanto ao posicionamento político, doze parlamentares são de centro, sendo quatro de centro propriamente dito, cinco de centro-esquerda e três de centro-direita. De esquerda, sete, e de direita, sete. Os partidos mais representados são o PMDB, com nove, e o PFL, com sete. Vinte e duas constituintes possuem nível universitário, sendo que o grupo maior vem das áreas da educação, e da comunicação. Apenas duas são empresárias. Metade se situa na faixa de 40 a 47 anos.

Seis das eleitas participaram da direção de entidades sociais, e sete de organismos públicos. Não foi mencionado o seu engajamento em movimentos feministas, embora oito sejam reconhecidas, a nível nacional, como militantes na luta pelos direitos da mulher. Dez deputadas têm relacionamento familiar direto com políticos, o que não é peculiar à mulher. Vários dos eleitos homens são parentes de políticos de renome. O fato de famílias de políticos produzirem políticos não é novidade nem deveria surpreender.

Os dados que compõem o perfil das constituintes não revelam nenhuma discrepância significativa em relação aos eleitos do sexo masculino, a não ser a numérica. Para representar metade da população brasileira, 26 mulheres, ou o percentual de 4,6 dos eleitos é ínfimo. Contudo, verifica-se crescimento considerável se comparado este número aos da presença feminina nas três Constituintes brasileiras. Apenas a de 1934 contou com Carlota Pereira de Queiroz, eleita por São Paulo, e Almerinda Gama, como delegada classista, pelo Distrito Federal. Observa-se também crescimento percentual na presença feminina na Câmara dos Deputados: de 0,38% em 1974, para de 1% em 1978 e 1,7% em 82.

Mas este crescimento é ainda frustrante em face as expectativas das muitas mulheres que, de forma organizada e a nível nacional, trabalharam com dois objetivos: ampliar a presença feminina no Congresso, e discutir, elaborar e apresentar reivindicações aos futuros constituintes.

Cresceu a participação da mulher brasileira nos movimentos de base, nas bases dos partidos políticos, e nas entidades de classe. Todavia este crescimento não encontrou sua contrapartida a nível parlamentar. Alguns Estados onde a mulher vem conquistando posições cada vez mais elevadas na vida econômica e social, e onde, ao mesmo tempo, o movimento de mulheres desenvolve trabalho consistente e articulado, não elegeram nenhuma representante.

Muitos poderão argumentar que isto não ocorreu porque o ritmo das transformações históricas nem sempre acompanha nossas expectativas; que está tão introjetado na mulher —e do homem— o dever doméstico feminino, a sua esfera de ação privada, que a inserção no público será, para ela, difícil e demorada. Outros, ainda, apresentarão números e exemplos mostrando ser diminuta a participação político-parlamentar da mulher, a nível nacional, em todas as partes do mundo.

E então? O que fazer?

Acredito que mais ainda e melhor. É necessária a ampla participação da mulher “se democracia é o grande valor político a ser alcançado”.

Pretendo finalizar sem concluir. Apenas, levantar algumas questões. Estão os partidos políticos nacionais estruturados para dar cabida aos segmentos sociais politicamente emergentes? Estão estes segmentos utilizando-se bem das técnicas institucionalizadas pelo marketing político? Por que a imprensa insiste em saudar e eleger “musas”? Por que são tão grandes as dificuldades de persuasão do discurso feminista? Só o vetusto patriarcalista as explica? Há outras causas determinantes? Como está a questão da solidariedade feminina?

Talvez as respostas a estas, e a outras questões, poderão contribuir para que as mulheres relacionem a consciência que têm de seus direitos individuais à necessidade de sua participação político-institucional. Só a efetiva representação da mulher nesta instância permitirá sua presença, voz e voto na elaboração de políticas que, exatamente, garantem e ampliam os seus direitos como pessoa.

SILVIA PIMENTEL, é professora de Direito na PUC-SP e conselheira do Conselho Estadual de Educação (SP).